



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

CONTRATO nº. 139/2017

Contrato de prestação de serviço entre **Município de Lagoa da Prata** e a empresa **LAGOA MANGUEIRAS LTDA - ME**, com fundamento no Processo nº. 048/2017 – Pregão 023/2017.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO que entre si celebram, de um lado o Município de Lagoa da Prata, inscrito no CNPJ sob o nº 18.318.618/0001-60, com sede à Rua Joaquim Gomes Pereira, 825, centro nesta cidade, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo César Teodoro, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LAGOA MANGUEIRAS LTDA - ME**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ N.º 09.012.483/0001-19, com sede na Rua Luiz Guadalupe nº 220, no bairro Centro, nesta cidade, representada pela sua sócia administradora Sra. Camila Lima Ribeiro, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 074.637.126-80, doravante denominada **CONTRATADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos para veículos leves da frota municipal pelo período de 12 meses, especificado no Anexo VI do edital de Pregão por Registro de Preços nº. 023/2017, e nos respectivos Termos de Referência e Anexo VI, proposta vencedora, independente de transcrição e conforme relação dos itens que é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O preço global deste contrato é estimado no valor apresentado pela Contratada no Pregão 023/2017, devidamente homologado e aprovado pelo Contratante, totalizando R\$66.250,00 (sessenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).

2.2. Na composição do preço acima referido estão incluídas todas as despesas tributárias e fiscais, outros encargos do contrato.

2.3. O pagamento será efetuado 15 (quinze) dias após a prestação do serviço e emissão da respectiva Nota Fiscal entregue no almoxarifado Central PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA. As empresas deverão emitir nota fiscal eletrônica e enviar juntamente com o Danfe, o arquivo XML para o endereço almoxarifado@lagoadaprata.mg.gov.br

2.3.1 No caso de prestação de serviços, a empresa deverá enviar também a nota fiscal para o servidor responsável pelo acompanhamento e confirmação da Prestação dos serviços.

2.4. Caso a nota fiscal apresente incorreção, será devolvido à empresa contratada, para regularização, reiniciando-se novos prazos para pagamentos, a contar da reapresentação devidamente corrigida.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 – DA CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento do objeto licitado conforme previsto na cláusula segunda;
- Fiscalizar se os serviços prestados estão em conformidade com o solicitado no edital.

3.2 – DA CONTRATADA

- Efetuar os serviços, objeto do presente contrato, de acordo com as especificações constantes no Anexo V, observados todos os preceitos constantes do contrato e da Ata de Registro de Preços que o integra.
- Garantir a boa qualidade dos serviços prestados, reparando, corrigindo, removendo, ou substituindo aqueles que não tiverem em acordo com o Edital do Pregão nº. 023/2017.
- Arcar com as responsabilidades fiscais, trabalhistas, tributárias e demais encargos que vierem a incidir sobre objeto deste contrato.
- Responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão culposa ou dolosa de seus prepostos, subcontratados e/ou decorrência da execução dos Serviços, após apuração de responsabilidades.

3.3 – DA CARONA

- É faculdade da CONTRATADA, durante a vigência do registro de preços, celebrar outros contratos de fornecimento com qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador do sistema de registro de preços, desde que sejam mantidas as condições e propostas, e também sejam comprovadas a vantagem do procedimento.
- As contratações mediante "carona" deverão respeitar os quantitativos estimados para o certame e estar de acordo com o Decreto Municipal Nº100/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXPECTATIVA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O presente instrumento não implica em compromisso de prestação de serviços para a Administração que poderá ou não realizar os pedidos dos itens registrados.

2. cont.

Camila Lima Ribeiro

[Assinatura]
1
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA ESTADO MINAS GERAIS

4.2 Os serviços deverão estar em conformidade com o exigido no anexo VI, devidamente fiscalizados por responsável da Secretaria de Transportes. A empresa terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da emissão da Ordem de Fornecimento ou solicitação do responsável da secretaria de transporte, para prestação do serviço, devendo o veículo ser entregue em perfeitas condições de uso no prazo de 48 h, salvo motivo devidamente justificado. Os serviços, objetos desta licitação, deverão ser prestados no município de Lagoa da Prata.

4.3 - A Administração Municipal de Lagoa da Prata – MG, reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal n 8.666/93.

4.4 - A administração efetuará seus pedidos a contratada através da entrega de uma via da Ordem de Fornecimento por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile.

4.5 – Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, está a CONTRATADA incorrendo em atraso na prestação dos serviços e sujeita à aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, e terá início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.01.04.122.0001.4.002.3.3.90.39.0100	01.02.06.181.0101.4.011.3.3.90.39.0100
04.01.08.122.0401.4.026.3.3.90.39.0100	04.02.08.243.0403.4.032.3.3.90.39.0100
04.02.08.243.0403.4.033.3.3.90.39.0156	04.02.08.244.0402.4.039.3.3.90.39.0156
06.01.04.122.0001.4.085.3.3.90.39.0100	08.01.12.122.0001.4.096.3.3.90.39.0101
08.02.12.361.0803.4.104.3.3.90.39.0101	08.02.12.361.0803.4.104.3.3.90.39.0122
08.02.12.361.0803.4.104.3.3.90.39.0145	09.03.04.123.0001.4.114.3.3.90.39.0100
10.02.18.541.1003.4.121.3.3.90.39.0100	11.01.04.122.0001.4.123.3.3.90.39.0100
11.02.15.451.1101.4.125.3.3.90.39.0100	12.01.10.122.1201.4.129.3.3.90.39.0102
12.03.10.301.1202.4.148.3.3.90.39.0148	12.03.10.302.1203.4.151.3.3.90.39.0112
12.03.10.302.1203.4.152.3.3.90.39.0102	12.03.10.302.1203.4.154.3.3.90.39.0102
12.04.10.304.1205.4.156.3.3.90.39.0102	12.04.10.305.1205.4.157.3.3.90.39.0150
03.01.06.181.0301.4.021.3.3.90.39.0200	06.02.20.606.0604.4.089.3.3.90.39.0200
13.02.04.122.1301.4.161.3.3.90.39.0200	13.03.15.452.1302.4.163.3.3.90.39.0200

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME LEGAL E DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

7.1 O presente contrato rege-se basicamente pelo edital do Pregão nº. 023/2017 e pelas normas consubstanciadas na Lei Federal 10.520/02, subsidiariamente a lei 8.666/93 e suas alterações.

7.2 O contratado reconhece os direitos da Administração descritos no art. 77 e seguintes da Lei 8666/93.

7.3 O contratado obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS MULTAS E PENALIDADES

8.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 1% (um por cento) calculada sobre o valor total estimado dos objetos, por dia de atraso no início dos serviços, até o limite de 20 (vinte) dias, caracterizando a inexecução parcial;

b) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Lagoa da Prata enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

d) Advertência escrita.

e) Caso venha desistir da prestação dos serviços, além de outras cominações legais, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do total dos mesmos.

8.2 - A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Lagoa da Prata, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, sendo que poderá ser automaticamente descontada dos créditos que a empresa tiver junto ao Município, devendo ser aplicadas por ato do Secretário Municipal de Administração, facultada a defesa da Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura da vista ao processo.

Camilla Lima Polidoro
2

[Assinatura]

Secretaria Municipal
[Assinatura]



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

8.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.4 - Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO

O valor do presente contrato não será reajustado, salvo se houver motivo de caso fortuito ou força maior o que deverá ser comprovado de plano pelo requerente apresentando ainda documento demonstrando que houve alteração no preço para mais ou para menos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as consequências nele previstas, em especial nos seguintes casos:

a) Quando ocorrer descumprimento de cláusula deste contrato e o Município não optar pela cobrança da multa prevista no edital;

b) Revelando a Contratada incapacidade e inidoneidade durante a prestação do serviço;

c) No caso de falência da Contratada.

Ocorrendo a rescisão por quaisquer dos motivos especificados, fica suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos causados à Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

São assegurados à CONTRATANTE, ou a quem ela indicar, amplos poderes de fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lagoa da Prata para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O município publicará o resumo deste contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros nos termos da Lei 8.666/93.

E por assim acharem justos e contratados, assinam as partes o presente contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Lagoa da Prata, 25 de Maio de 2017.


MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA
CONTRATANTE


LAGOA MANGUEIRAS LTDA - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome
RG: